

O PLANEJAMENTO NO ITINERÁRIO CULTURAL DE ALDO LOCATELLI, UM ATRATIVO TURÍSTICO DO MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL (RS)

GUSTAVO LUIS TOIGO¹
PEDRO DE ALCÂNTARA BITTENCOURT CÉSAR²

Recebido em 13.06.2021

Aprovado em 30.10.2021

Resumo

O turismo é um fenômeno presente nas principais agendas de governos e tem servido para alavancar as economias mundiais e locais. Nesse âmbito, o segmento cultural ganha destaque e vem sendo capaz de conectar o turista com o sagrado, com a arte e outros elementos da cultura que visita. O presente estudo dialoga com esse contexto e apresenta reflexões acerca do planejamento turístico e da relação com o espaço turístico estabelecido no roteiro “Itinerário Cultural de Aldo Locatelli”. Localizado em Caxias do Sul, o roteiro consiste em uma oferta turística que percorre templos religiosos e edificações com expressivo patrimônio artístico, ligados aos acontecimentos da cristandade e da história da fundação do município, possibilitando ainda a visita a outros atrativos ao longo do caminho. Dessa forma, busca-se analisar a importância do planejamento e do aspecto espacial na elaboração desse roteiro de turismo cultural, criado a partir do conjunto da obra do artista existente no município, configurando um potencial atrativo turístico-religioso e que visa contribuir para o desenvolvimento cultural e socioeconômico da comunidade local. Norteado metodologicamente por pesquisa bibliográfica, é um estudo desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade – Mestrado, da Universidade de Caxias do Sul (UCS). A sustentação teórica é, principalmente, de autores da área do turismo, a exemplo de Bahl (2006), Boullón (2002), Dias (2003) e Hall (2004).

Palavras-chave: Turismo Cultural. Planejamento. Espaço Turístico. Aldo Locatelli.

¹ Bacharel em Direito (UCS) e Mestre em Turismo e Hospitalidade pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Brasil. gustavoltoigo@gmail.com

² Doutor em Geografia (USP), Docente Adjunto III da área de Ciências Sociais (UCS) e com bolsa Universal (CNPq) Produtividade CNPq. Brasil. bittencourt_tur@yahoo.com.br

THE PLANNING THE CULTURAL ITINERARY OF ALDO LOCATELLI, A TOURIST ATTRACTION IN THE MUNICIPALITY OF CAXIAS DO SUL (RS)

Abstract

Tourism is a phenomenon present in the main agendas of governments and it has served to leverage global and local economies. In this context, the cultural segment has been highlighted and able to connect tourists with the sacred, art and other elements of the culture they visit. This study dialogues with this context, presenting ideas on tourism planning and the relationship with the tourist space established in the script “Aldo Locatelli's Cultural Itinerary”. Located in Caxias do Sul, the route goes through religious temples and buildings with expressive artistic heritage, linked to the events of Christianity and the history of municipality foundation, as well as allowing visitors to visit other attractions along the way. Therefore, our goal is to analyze the importance of planning and the spatial aspect in the elaboration of this cultural tourism itinerary, created from the set of the artist's work existing in the municipality, configuring a potential tourist-religious attraction, which aims to contribute to the development of cultural and socioeconomic status of the local community. This study was methodologically guided by bibliographic research, and it was developed as part of a Master dissertation for the Post-Graduate Program in Tourism and Hospitality of the University of Caxias do Sul (UCS). Theoretical support comes mainly from authors in the area of tourism, such as Bahl (2006), Boullón (2002), Dias (2003) and Hall (2004).

Keywords: Cultural Tourism. Planning. Touristic space. Aldo Locatelli.

1. INTRODUÇÃO

A atividade turística tende a ser um campo profícuo para o desenvolvimento nos diversos segmentos em que associa. Pode ela, além do aspecto econômico, proporcionar qualidade de vida e desenvolvimento. Comumente, o poder público exerce papel importante, sob o comando dos governos, ao estimular governanças na cadeia turística, na movimentação de distintos eixos econômicos, como comércio, serviços e indústria, na geração de emprego e contribuindo para a preservação de patrimônios materiais e imateriais.

Estrutura esta situada em determinado espaço concreto ou virtual e que demanda uma ferramenta fundamental: o planejamento. A tal aspecto este estudo tem como recorte

o Itinerário Cultural de Aldo Locatelli, um atrativo e produto turístico que a comunidade e os visitantes dispõem no município de Caxias do Sul (RS).

Assim, por meio de pesquisa bibliográfica e de visitas in loco, partimos de um questionamento: “Como o planejamento ocorreu para a implantação, por lei, do Itinerário Cultural de Aldo Locatelli, em Caxias do Sul (RS)?”. Entre as hipóteses previstas: a) A partir do envolvimento comunitário; b) Por meio da mobilização legislativa; c) Por decisão do governo municipal (leia-se: poder Executivo).

Também serão levados em conta o espaço turístico, que abrange bairros mais centrais da cidade, e os conceitos que teóricos da área apresentam a respeito. Sob a configuração de roteiro, o itinerário referencia as obras do pintor Aldo Locatelli, com ênfase às que se encontram em duas igrejas (São Pelegrino, no bairro São Pelegrino; e Santo Sepulcro, no bairro Lourdes), uma capela (das Irmãs Carmelitas, no bairro São Leopoldo) e no Centro Administrativo de Caxias do Sul, no bairro Exposição, seguindo o caminho estabelecido pela lei 8.407/2019, sancionada pelo poder Executivo (CAXIAS DO SUL, 2019).

2. REVISÃO DA LITERATURA

Na multiplicidade e na possibilidade de preservação e de valorização cultural, está inserido o turismo. Silveira (2007) observa que, para muitos, é entendido como um deslocamento peculiar surgido no século XIX, embora as raízes datam do século XVIII. Na opinião desse autor, o turismo vai além de uma viagem e deve ser analisado “em suas interfaces e seus entrecruzamentos com tantos aspectos da vida social, como a religiosidade” (2007, p.36).

Panosso Netto (2010), a respeito da prática e do conceito de turismo, ressalta que devem ser ligados, entre outros aspectos, à inclusão social e aos estudos culturais. Simão (2001, p. 64) acrescenta que a viagem ou o deslocamento são inerentes ao turismo. Segundo ele, a permanência fora do domicílio e a temporalidade, junto com a viagem, “começam a delinear o fenômeno do turismo”.

Partindo do entendimento apresentado por Beni (1998, p. 37), de que turismo é “um elaborado e complexo processo de decisão sobre o que visitar, onde, como e a que preço”,

adentramos no segmento em que o itinerário se enquadra, que é o turismo cultural, passando por ambientes religiosos. No Brasil, o Ministério do Turismo, em parceria com o Ministério da Cultura e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e com base na representatividade da Câmara Temática de Segmentação do Conselho Nacional do Turismo, elaborou uma conceituação de turismo cultural, destacando que “compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura” (BRASIL, 2006, p. 15).

O órgão também realça as características básicas e dimensionamentos atribuídos ao Turismo Cultural no país, pontuando alguns aspectos que envolvem seu significado, como atividades turísticas, vivência, patrimônio histórico e cultural, eventos culturais; valorização e promoção dos bens materiais e imateriais da cultura. Enquadram-se na classificação “cultural” os seguintes tipos de turismo: cívico, religioso, místico e esotérico, étnico, cinematográfico, arqueológico, gastronômico, enoturismo e ferroviário. Na cartilha “Turismo Cultural: Orientações Básicas”, o Ministério do Turismo ratifica que deslocamentos motivados por interesses religiosos, místicos, esotéricos, cívicos e étnicos são entendidos como recortes no âmbito do Turismo Cultural (MTUR, 2008, p. 18).

Seguindo esse entendimento, chega-se à caracterização do Itinerário, cujos detalhes serão conferidos adiante, como cultural. Entre as principais atividades praticadas no segmento, o órgão federal lista justamente visitas a espaços e eventos religiosos: “visitas a espaços e eventos cuja motivação principal seja a busca espiritual e a prática religiosa relacionadas às religiões institucionalizadas, de origem oriental, afro-brasileiras, espíritas, protestantes, católicas” (BRASIL, 2006, p. 33). Entre os exemplos desses locais ou movimentos são mencionados: edificações religiosas – igrejas, templos, santuários, terreiros –, realização de itinerários de cunho religioso, apresentações artísticas de caráter religioso, peregrinações e romarias, retiros espirituais, comemorações e festejos religiosos.

Conhecer as atividades que podem ser praticadas é necessário para um bom planejamento e, conforme o Ministério do Turismo, torna-se relevante tanto para a elaboração de políticas públicas e a formatação de produtos turísticos culturais, como para a orientação a prestadores de serviços no segmento. É um expediente que ajuda no diagnóstico das necessidades de infraestrutura e serviços e “na definição da vocação do

destino e fortalecer o seu posicionamento no mercado. Auxilia, também, no mapeamento de oportunidades de negócios e diversificação de serviços que se pode oferecer, tornando o destino mais competitivo” (BRASIL, 2006, p. 33).

De acordo com Dias (2003), além do retorno e da movimentação da economia local, com a geração de empregos, o turismo cultural “contribui para a coesão social, a identidade local e regional e o desenvolvimento comunitário” (2003, p. 173). O autor avalia o impacto desse tipo de turismo nas cidades, observando que é muito comum nas áreas urbanas diante da variedade de opções que acabam se tornando atrativos turísticos.

[...] hoje em dia, a grande maioria da população (80%) brasileira habita as cidades, fazendo destas um importante lugar de ofertas culturais, conseqüentemente, turísticas. Em decorrência, assume maior importância para as zonas urbanas a conservação do patrimônio e da qualidade da oferta cultural como formas de aumentar seus atrativos, o que têm implicações econômicas, pois se necessita de investimentos para gerar turismo urbano e este, por sua vez, sustentará o crescimento e a revitalização econômica do lugar (DIAS, 2003, p. 172).

Como sinaliza Dias, com o incremento turístico, cresce também a responsabilidade da população pelos roteiros, com espaços e atrativos que eles envolvem, os quais acabam podendo se transformar em patrimônios legalmente instituídos. No caso do patrimônio cultural, Melo e Cardozo (2015, p. 1062) explicam que é aquele “patrimônio que resulta da ação humana, ou seja, das ações das pessoas em sociedade”. Os pesquisadores lembram que a Unesco (Organização das Ações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) classifica três tipos de patrimônios culturais: monumentos, edificações e sítios. Entretanto, Melo e Cardozo (2015) entendem que a definição é bem mais ampla, tendo em vista o contexto sócio-histórico em que o patrimônio está situado e as escolhas da respectiva sociedade.

A definição de Patrimônio, portanto, vai além das suas classificações como patrimônio material e imaterial, segundo o faz a Unesco, em termos mundiais, e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), no Brasil. Para entender a questão do patrimônio como uma questão sócio-histórica é preciso mergulhar nas relações sociais fundamentais existentes na sociedade brasileira, e na dominação de classe que pauta fundamentalmente esta sociedade (MELO; CARDOZO, 2015, p. 1062).

Lemos (2004, p. 10) auxilia-nos a entender melhor esse aspecto na medida em que menciona três categorias de elementos atribuídas a patrimônio cultural pelo assessor da

Unesco Hugues de Varine-Boham: elementos pertencentes à natureza; elementos referentes ao conhecimento, às técnicas, ao saber e ao saber fazer; e os elementos chamados bens culturais. Independentemente do enquadramento, o autor realça a necessidade de preservação, conforme análises técnicas e decisões da comunidade em que o patrimônio está inserido. E essa preservação acaba ainda mais fortalecida quando há iniciativas que visem à educação patrimonial, as quais podem partir tanto do poder público quanto da comunidade.

Entretanto, o autor observa que o comprometimento com a preservação sofre limitações, pois há uma “falta de esclarecimento popular sobre a importância da preservação de nosso Patrimônio, para não dizermos deseducação coletiva” (LEMOS, 2004, p. 86). Segundo o estudioso da área, a preservação “depende fundamentalmente da elucidação popular” (LEMOS, 2004, p. 86) e exemplifica com modelos adotados em outras nações e que vêm obtendo êxito, como a educação de massa promovida no México com o objetivo de zelar por tudo que diz respeito à memória. Um dos primeiros passos para a conservação e preservação patrimonial, pontua Lemos (2004), é a utilização dos espaços considerados patrimônios ou que os tenham em seu interior.

Pegando como gancho a arte de Aldo Locatelli, que é foco de nosso trabalho, o fato de o principal acervo de suas obras na cidade, a Igreja São Pelegrino, estar aberta à visitação tanto individual quanto de grupos de turistas, estudantes, empresariais, entre outros, intensifica a preservação cuidadosa. Em outras palavras: se estimula a educação patrimonial. E, nesse ponto, torna-se oportuno considerar o conceito de educação apresentado por Brandão (1988), p. 26). O autor mostra que não há lugar definido para o processo educativo. Todos os lugares podem acolhê-lo. Assim, verifica-se que a educação não acontece apenas no espaço escolar. Ela pode exercer-se livre ou por determinados interesses. Conforme Brandão (1988, p. 26), a educação “aparece sempre que surgem formas sociais de condução e controle da aventura de ensinar-e-aprender”.

Afinal, é um pouco responsabilidade de todos ensinar a preservar os acervos e valores culturais e históricos de uma sociedade. No que se refere à produção de Locatelli, o objetivo é preservar o legado desse artista para Caxias do Sul – onde se encontram algumas de suas principais heranças culturais, como os murais da Via-Sacra, a Última Ceia e a pintura do Juízo Final, na Igreja São Pelegrino; e “Do itálico berço a nova pátria

brasileira”, painel que ilustra uma das paredes do Centro Administrativo Municipal – e região, a partir da divulgação mundo afora e do pertencimento que podem ser estimulados por meio da educação patrimonial difundida pelas diferentes instituições e visitantes.

O conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades do seu patrimônio são fatores indispensáveis na preservação sustentável dos bens e no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania (HORTA et al., 1999, p. 4). De forma didática, os autores reforçam:

A Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da autoestima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural (HORTA et al., 1999, p. 4).

É uma valorização que pressupõe o ato de preservar, o qual não se restringe a imóveis, objetos de arte ou utensílios. Envolve sons, depoimentos, acervo musical, entre outros. “Preservar é manter vivos, mesmo que alterados, usos e costumes populares. É fazer, também, levantamentos, levantamentos de qualquer natureza, de sítios variados [...]”, ensina Lemos (2004, p. 29).

Nesse contexto, os próprios roteiros turísticos se transformam em articuladores da preservação e da educação patrimonial. No aspecto geral e de maneira simplificada, Bahl (2006, p. 296) explica que um roteiro tem a função de sincronizar tudo o que comporta uma viagem: “espaço-tempo, bens e serviços”. E detalha: “há o espaço físico a ser percorrido, o tempo disponível para usufruir uma programação e para percorrer um espaço, assim como os bens e serviços vinculados” (BAHL, 2006, p. 296). Segundo o autor, esse tipo de roteiro volta-se ao atendimento coletivo e acaba sendo mensurado “em fatores que exercem influência nas pessoas” (BAHL, 2006, p. 296).

No sentido macro e atento à perspectiva do espaço, o autor estabelece uma classificação dos roteiros em nacional e internacional (BAHL, 2006, p. 303). E há uma subdivisão, cuja estrutura, vamos nos limitar aqui à descentralização dos nacionais, que englobam os locais/municipais (centrais e periféricos); e os interlocais (contém os intermunicipais, que podem ser regionais ou estaduais; e os interestaduais, que podem ser regionais ou inter-regionais).

Para compreender com mais amplitude ainda o conceito de roteiro turístico, retornamos ao Ministério do Turismo brasileiro. De acordo com o órgão, é “um itinerário caracterizado por um ou mais elementos que lhe conferem identidade, definido e estruturado para fins de planejamento, gestão, promoção e comercialização turística das localidades” (MTUR, 2007, p. 13).

Quanto à roteirização turística, o Ministério entende como um processo que propõe aos diversos atores envolvidos com o turismo orientações para a constituição dos roteiros turísticos. “Essas orientações vão auxiliar na integração e organização de atrativos, equipamentos, serviços turísticos e infraestrutura de apoio do turismo, resultando na consolidação dos produtos de uma determinada região” (MTUR, 2007, p. 13). As parcerias são o foco da roteirização e “podem se dar nos níveis municipal, regional, estadual, nacional e internacional, de modo a buscar o aumento das oportunidades de negócios nas regiões turísticas” (MTUR, 2007, p. 16).

2.1 Planejamento e espaço turístico

Entre outros pontos, o planejamento ajuda a detectar previamente algumas situações, prospectar condições socioambientais, rastreamento de posições de mercado, mapeamentos e visões formuladas, conforme diferentes interesses. Pois, salienta Hall (2008, p. 225-226), planejamento do turismo abarca uma combinação de teoria tanto formal quanto informal.

O teórico observa que o planejador se envolve na articulação entre as partes interessadas dos valores e interesses que orientam suas atividades, para apreciar um senso comum de propósito e direção, e o estabelecimento de regras básicas equitativas para participação e negociação.

No caso da recriação de um senso de lugar, com base em Berke (2000), Hall (2008) esclarece que abrange a formulação de estratégias de planejamento e design fundamentadas em modelos conceituais de lugares e regiões que, por sua vez, são fundados em noções da vida cívica e do domínio público e sustentável. Para que tais concepções sejam aplicadas na transformação de lugares em destinos turísticos, torna-se necessária certa profissionalização, insinua o autor, e não restringir-se à participação

comunitária, embora ela seja de grande valor e, não raras vezes, a primeira articuladora dos processos.

“As visões de lugares tendem a ser desenvolvidas por meio de atividades de especialistas do setor, e não pela ampla população, talvez porque a visão do público em geral sobre um lugar não seja a mesma que alguns segmentos de negócios” (HALL, 2008, p. 225-226). Entretanto, para possibilitar a facilitação do discurso público, o estudioso avalia como vital que os planejadores do turismo se envolvam nos locais que almejam planejar, tendo como uma de suas tarefas encontrar maneiras de aprimorar as capacidades institucionais e qualidades do lugar.

Assim, Hall sintetiza planejamento do turismo como “uma combinação de teoria formal e informal (senso comum)” (2008, p. 225-226), devendo ser um “elemento crítico para se garantir o desenvolvimento sustentável de longo prazo dos destinos turísticos”, e alerta:

Embora o planejamento não seja uma panacéia para todos os males, quando totalmente voltado para processos ele pode minimizar impactos potencialmente negativos, maximizar retornos econômicos nos destinos e, dessa forma, estimular uma resposta mais positiva por parte da comunidade hospedeira em relação ao turismo no longo prazo (HALL, 2004, p. 29).

Dias (2003, p. 13) avalia o planejamento como um mecanismo que pode auxiliar nos progressos local, regional ou nacional, e contornar problemas que podem trazer consequências às localidades se não forem coibidos. “[...] só poderão ser evitados com o rigoroso planejamento da atividade e participação ativa de amplo leque de atores”, entende o estudioso. Entre esses atores, menciona: a comunidade, administração pública, empresários, terceiro setor e visitantes.

Na avaliação do autor (DIAS, 2003, p. 13), é recente a percepção sobre o turismo como parte fundamental do processo de desenvolvimento, embora já há algum tempo tenha grande potência econômica e exige atenção tanto dos poderes públicos quanto da população e da iniciativa privada. “O planejamento é importante instrumento de ação dos governos em todos os níveis, para promover o desenvolvimento econômico, em bases sustentáveis”, realça.

Nessa esfera, Beni adiciona os vários fatores que precisam estar emaranhados e planejados por quem se envolve com a organização turística, seja como turista propriamente dito ou agentes responsáveis pela atividade em si:

realização pessoal e social, de natureza motivacional, econômica, cultural, ecológica e científica que ditam a escolha de destinos, a permanência, os meios de transporte e o alojamento, bem como o objetivo da viagem em si para a fruição tanto material como subjetiva dos conteúdos de sonhos, desejos, de imaginação projetiva, de enriquecimento existencial histórico-humanístico, profissional, e de expansão dos negócios. Esse consumo é feito por meio de roteiros interativos espontâneos ou dirigidos, compreendendo a compra de bens e serviços da oferta original e diferencial das atrações e dos equipamentos a ela agregados e mercados globais com produtos de qualidade e competitivos (BENI, 1998, p. 37).

No planejamento, indica o autor, devem constar propósitos e ações que fazem o turismo efetivamente acontecer.

Em termos de espaço turístico quem nos auxilia na conceitualização é Roberto Boullón. Segundo o teórico, o espaço turístico acaba sendo consequência da presença e da distribuição dos atrativos turísticos, os quais são considerados “matéria-prima do turismo” (2002, p. 79). “Quando os técnicos trabalham na determinação do espaço turístico, o que fazem é delimitar, em um mapa, uma superfície de dimensões planas, que é a melhor forma de representar o espaço que interessa aos planejadores físicos”, esclarece Boullón (2002, p. 79). Ele informa que a teoria do espaço turístico serve de fundamento para organizar as ações do setor por possibilitar a elaboração de políticas promocionais que partem do patrimônio turístico e trabalhem com produtos definidos.

O estudioso sublinha que o atrativo turístico, mais o empreendimento e a infraestrutura e a superestrutura são estatutos fundamentais para definir o espaço turístico em quaisquer nações. Conforme ele, o método mais adequado para determinar o espaço turístico é o empírico, pois permite “observar a distribuição territorial dos atrativos turísticos e do empreendimento” (BOULLÓN, 2002, p. 80), para detectar agrupamentos e concentrações mais visíveis.

Boullón (2002, p. 79) também lista como componentes do espaço turístico: zona, área, complexo, centro, unidade, núcleo, conjunto, corredor, corredor de traslado e corredor de estada. Por suas especificidades, o autor (BOULLÓN, 2002, p. 104) informa que pode haver uma junção nos seguintes termos: os que abrangem superfícies

relativamente grandes (zonas, áreas, complexos, núcleos, conjuntos e centros de distribuição); os pontuais, que abrangem superfícies relativamente pequenas (centros de escala, centros de estada e unidades); e longitudinais (corredores de traslado e corredores de estada).

Na ótica do planejamento físico, Boullón (2002, p. 109) sinaliza que a teoria do espaço turístico é útil para análise e diagnóstico do setor, pois simplifica o trabalho intelectual, conduzindo-o de maneira organizada.

3. METODOLOGIA

Este estudo científico tem como sustentação metodológica a pesquisa bibliográfica, que, conforme Gil (2010, p. 29), “é elaborada com base em material já publicado”. É uma modalidade que inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, estudos, material audiovisual ou dispostos na web, entre outros. Gil ressalta que, em algumas áreas do conhecimento, a maioria das pesquisas é executada baseando-se, principalmente, em material obtido em fontes bibliográficas.

Ainda em termos metodológicos, para conhecer os fatos passados, a consulta bibliográfica, às vezes, acaba sendo a única alternativa. E, entre as vantagens desse tipo de pesquisa, o autor menciona a permissão aos investigados para a cobertura de uma série de fenômenos muito mais ampla do que poderia pesquisar diretamente.

Essa vantagem torna-se particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço. Por exemplo, seria impossível a um pesquisador percorrer todo o território brasileiro em busca de dados sobre a população ou renda *per capita*; todavia, se tem a sua disposição uma bibliografia adequada, não terá maiores obstáculos para contar com as informações requeridas (GIL, 2010, p. 30).

A fundamentação teórica vem de autores das áreas do turismo, da administração e da cultura, a exemplo de Bahl (2006), Boullón (2002), Dias (2003) e Hall (2004). Também há a colaboração do pensamento de Nadais (2010), Panosso Netto (2010), Schneider (2013), Silveira (2007) e Brambatti (2003). Os estudiosos nos ajudam nas reflexões evocadas a partir da investigação, que partiu da seguinte pergunta: “Como o planejamento ocorreu para a implantação, por lei, do Itinerário Cultural de Aldo Locatelli, em Caxias do

Sul (RS)?”. Entre as hipóteses aventadas: a) A partir do envolvimento comunitário; b) Por meio da mobilização legislativa; c) Por decisão do governo municipal (leia-se: poder Executivo).

Paralelamente, materiais de divulgação também contribuem para esta pesquisa, na medida em que oferecem informações que ajudam a propagar o itinerário sobre as obras de Aldo Locatelli pelas comunidades e instituições de Caxias do Sul e região. Também foram executadas visitas às igrejas/templos e edificações – uma delas foi realizada durante o Programa Institucional Visitas Legislativas, promovido pela Câmara Municipal de Caxias do Sul, em 2 de setembro de 2019 – com respectiva descrição, pois percorreu-se todo o Itinerário Cultural de Aldo Locatelli no município.

Ao mesmo tempo, o percurso inicial de 6 (seis) quilômetros se expande indiretamente, apresentando como opção a visita a outros atrativos, a exemplo do Monumento Nacional ao Imigrante, do Museu Municipal de Caxias do Sul Maria Clary Frigeri Horn e do Museu Ambiência Casa de Pedra.

4. RESULTADOS

É pela lei 8.407/2019 que o Itinerário Cultural de Aldo Locatelli se configura oficialmente. Para compreender o percurso, para fins deste estudo, essa legislação foi analisada com olhar minucioso. O texto foi aprovado pelo Legislativo caxiense em 2018, e recebeu a sanção do poder Executivo no ano seguinte. É ela que cria o itinerário, considerando-o uma ação de especial interesse de promoção histórico-cultural do município de Caxias do Sul.

4.1 Itinerário Cultural de Aldo Locatelli

No artigo 2º da lei municipal 8.407/2019, que institui o Itinerário Cultural de Aldo Locatelli, são listados três objetivos do percurso. Um deles é “incentivar a comunidade a conhecer a obra, a história e o legado cultural desenvolvidos pelo artista em sua passagem pelo município de Caxias do Sul, promovendo experiências de visita e de convivência”. O segundo propósito busca implantar mecanismos de proteção e de preservação da

memória relacionada às obras do pintor. Por fim, vem a intenção de promover o acesso facilitado da população ao patrimônio histórico, artístico e cultural de Aldo Locatelli localizado em edificações da cidade.

Além de mencionar os lugares em que pinturas do artista se encontram em Caxias do Sul, a lei indica a identificação de cada uma, nos seguintes termos:

- I - Centro Administrativo Municipal: local onde está o painel "Do Itálico Berço à Nova Pátria Brasileira";
- II - Igreja de São Pelegrino: local onde estão os afrescos do "Juízo Final", "A Última Ceia", o hino "Dies Irae", o conjunto de quadros da "Via-Sacra" e a Casa de Memória, entre outros;
- III - Igreja do Santo Sepulcro: local onde situa-se o afresco da "Ressurreição"; e
- IV - Capela das Irmãs Carmelitas: local do quadro da "Natividade", em óleo sobre tela (CAXIAS DO SUL, 2019, p. 1-2).

São obras situadas na área urbana do município caxiense – a Igreja de São Pelegrino, em bairro de mesmo nome, inclusive, conforme a lei estadual 11.725/2002, integra o patrimônio cultural do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos e para os fins dos artigos 221 e 222 da Constituição Estadual. Pelo aspecto urbano, o itinerário torna-se de fácil acesso e com infraestrutura disponível, potencializando o turismo urbano, que, na visão de Gastal, “talvez seja o mais desafiador, num mundo em que as localidades espalhadas em torno do planeta desenvolvem acirrada disputa por atrair fluxo de pessoas, de negócios e de investimentos” (2003, p. 58).

Para a pesquisadora, as cidades devem ser múltiplas em si mesmas, mas não únicas. No caso de Caxias do Sul, sendo o maior município do interior gaúcho e com uma população atual (2019) estimada em 510.906 habitantes, há potencial tanto para o turismo interno como para receber visitantes, sendo o itinerário pesquisado um oportuno atrativo em meio a vários outros que a cidade já oferece, explorando bastante as belezas da zona rural.

FIGURA 1 – ITINERÁRIO CULTURAL DE ALDO LOCATELLI



Fonte: Autor, com base na lei municipal de Caxias do Sul nº 8.407/2019 (2020).

Ao abordar a ocupação das áreas urbanas para turismo, César (2011, p. 125) faz referência à teoria do espaço turístico criada por Boullón (2002). Em artigo conjunto com Poloni e Uez (2010, p. 3), o pesquisador ressalta que o conceito principal de tal teoria está no “estabelecimento da delimitação territorial do espaço turístico, que é a consequência da presença e distribuição territorial dos atrativos turísticos”.

Ainda com base nessa teoria e tendo em vista a classificação de Bahl (2006, p. 303), pode se dizer que o itinerário aqui estudado compõe um roteiro local/municipal. Nesse enquadramento, o estudioso observa que os roteiros nacionais locais, no caso do Brasil, são os que utilizam recursos da localidade, como estrutura urbana, acesso, serviços e interesse turístico.

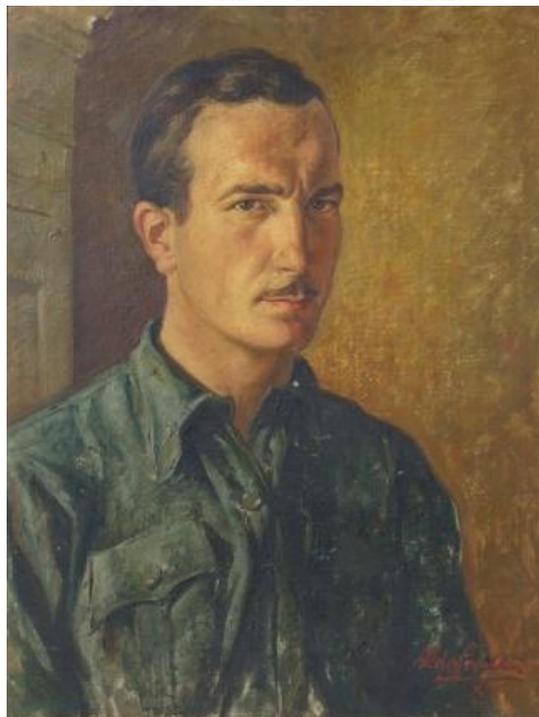
Assim, em relação ao Itinerário Cultural de Aldo Locatelli, o projeto e a existência foram executados no âmbito da comunidade local em conjunto com instituições envolvidas e com o poder público (inicialmente, com o Parlamento, e depois tornado lei pelo município).

Tal integração faz diferença, assim como o investimento em planejamento de turismo por parte dos governantes. Na análise de Dias (2003, p. 37), ao considerar o uso do espaço,

o planejamento constitui uma técnica imprescindível para as administrações públicas municipais que se dedicam ao desenvolvimento turístico. “Dada sua importância, o município, através de sua organização política, deve exercer o papel de orientador da atividade turística local, articulando com os demais setores da sociedade – empresários, sociedade civil organizada, empresários da área do turismo, etc. – a política de turismo local, que pode ser concretizada através de um plano de desenvolvimento turístico”, opina.

A exposição de motivos do projeto 146/2018, o qual deu origem à lei que institui o Itinerário Cultural de Ado Locatelli e foi protocolado na Câmara Municipal de Caxias do Sul por vereador no exercício do mandato (2016/2020), também traz um histórico do pintor. O texto ressalta que o artista italiano foi registrado com o nome de Aldo Daniele Locatelli e nasceu em 18 de agosto de 1915, em Villa d'Almè, na Lombardia, norte da Itália.

FIGURA 2 – ALDO LOCATELLI



Fonte: Autorretrato (1945) | Exposição alusiva ao pintor | Porto Alegre, 2013 (Ronaldo Karam)

Aos 10 anos de idade, conheceu artistas que restauravam a igreja da cidade vizinha de Bérgamo, o que fez despertar o interesse pela pintura. Aos 16 anos, frequentou o primeiro curso de decoração, aprendendo sobre a estética de mestres renascentistas.

No ano seguinte, ingressou na Academia Carrara de Belas Artes, de Bérghamo. Depois, em 1937, conseguiu uma bolsa de estudos para a Escola de Belas Artes de Roma. As primeiras oportunidades de trabalho surgiram em seguida, mas, em 1940, Locatelli acabou convocado para a Segunda Guerra Mundial, atuando em combates no norte da África. Foi dispensado em abril daquele ano, porém, em 1941, foi chamado novamente, desta vez para atuar na cidade de Ospedaletto, perto da fronteira com a França. Foi ali que o artista conheceu sua futura esposa, Mercedes Biancheri.

Locatelli acabou ferido em combate, mas prestou serviços até 1943. Durante esse período, perdeu o pai, Luigi, e o irmão, Ângelo, esse morto durante uma batalha. A sua mãe, Anna, morreu em 1944. O pintor voltou então para Villa d'Almè, onde nasceu, e começou a ganhar projeção como muralista sacro. Em 1948, a equipe de Locatelli e Emilio Sessa foi indicada para decorar a Catedral São Francisco de Paula, em Pelotas/RS. O italiano veio ao Brasil, com a intenção de realizar o trabalho e retornar para a Europa, mas os planos mudaram: acabou trazendo a mulher e tendo seus dois filhos, Roberto (nascido em 1950) e Cristiana (nascida em 1952), em Pelotas.

O artista foi convidado pela Escola de Belas Artes de Pelotas, em 1949, para atuar como o principal professor, para resgatar a referência cultural que a caracterizou no final do século XIX e no início do século XX. Dois anos depois, o padre Eugênio Giordani contratou o italiano para decorar a Igreja de São Pelegrino, em Caxias do Sul. Alguns dos afrescos mais conhecidos de Locatelli estão nessa igreja, e as pinturas da Via Sacra são consideradas a obra-prima do italiano.

Também trabalhou intensamente pelo Rio Grande do Sul, passando por Santa Maria, Novo Hamburgo e Porto Alegre, onde foi convidado a lecionar Arte Decorativa no Instituto de Belas Artes. Em 1954, se naturalizou brasileiro e permaneceu no país até o fim da vida. Locatelli morreu aos 47 anos, em 3 de setembro de 1962, em Porto Alegre, vítima de câncer do pulmão que pode ter tido como causa o forte cheiro das tintas que usava.

Apesar da vida curta, deixou um notável legado artístico para o Rio Grande do Sul, para o país e para o mundo. Doutor em Sociologia e estudioso da história e da obra de Locatelli, Brambatti (2003) ressalta que as obras do pintor constituem importante aporte artístico e cultural do Estado gaúcho. “Sua obra transformou-se numa das maiores riquezas

do patrimônio histórico do Estado e, sem dúvida, no segmento da pintura religiosa, uma das maiores expressões do Brasil” (BRAMBATTI, 2003, p. 5).

O autor analisa especialmente os afrescos de Locatelli na Igreja de São Pelegrino e realça o diálogo que eles mantêm com pinturas de clássicos renascentistas italianos, como Leonardo da Vinci, Michelangelo, Andrea Mantegna e Raffaello Sanzio:

[...] Locatelli pinta (*Última Ceia*, de Da Vinci) ao fundo do altar-mor da Igreja de São Pelegrino; o imortal Michelangelo, que pintou o *Juízo final*, no teto da Capela Sistina, e que é a obra-prima do artista onde estão os murais *a expulsão de Adão do paraíso*, *a criação de Eva*, *a criação do homem*. Locatelli se inspira nessas criações de Michelangelo e reproduz com sua característica de estilo e cores, no teto em São Pelegrino, o que não empobrece a obra, por outro lado, a dignifica, tornando-a ainda mais esplendorosa, por ter tão importante mestre como inspiração (BRAMBATTI, 2003, p. 5).

Embora a Igreja de São Pelegrino abrigue as peças mais visitadas, e que ajudam a tornar o templo um dos principais pontos turísticos de Caxias do Sul, o itinerário que trata este estudo poderá contribuir para também divulgar outros locais que contam com obras assinadas por Locatelli, além de abrir portas para a visita de demais atrativos que estejam no eixo do próprio percurso temático, como os três museus já citados.

A lei que cria o trajeto também considera instrumentos, para fins de parcerias e ações, as entidades representativas de artesãos, de guias e de agências de turismo e as entidades civis que visem o fomento da cultura no município que tendem a ser promotoras do respectivo itinerário. No artigo 5º, diz que o poder público fica autorizado a firmar parcerias ou instrumentos congêneres com outros entes públicos, universidades, entidades do terceiro setor, iniciativa privada e organismos de fomento para cumprir os objetivos referidos.

Vale aqui lembrar que, ao destacar o itinerário das obras de Locatelli, a cidade tem condições de fortalecer laços com turistas, moradores e pesquisadores; de fazer a economia girar, de divulgar a cidade e, principalmente, formar crianças e jovens que saibam zelar pelo patrimônio cultural e aproveitar as potencialidades turísticas de onde vive com consciência. Nesse sentido, entre as características do turismo, Beni (1998, p. 39) ressalta que é eficiente para:

1. promover a difusão de informação sobre uma determinada região ou localidade, seus valores naturais, culturais e sociais;
2. abrir novas perspectivas sociais como resultado do desenvolvimento econômico e cultural da região;
3. integrar socialmente, incrementar (em determinados casos) a consciência nacional;
4. desenvolver a criatividade em vários campos;
5. promover o sentimento de liberdade mediante a abertura do mundo, estabelecendo ou estendendo os contatos culturais, estimulando o interesse pelas viagens turísticas (BENI, 1998, p. 39-40).

Diante do compromisso coletivo que demanda planejar, proteger e propagar cuidados em relação ao patrimônio turístico, cultural e artístico de um local, região ou país, Machado (2004) insere a necessidade de ações do poder público no sentido de instituir normas urbanísticas que estimulem essa preservação.

No caso do itinerário foco desta pesquisa, vemos uma soma de esforços de poderes públicos e representação civil. Por sugestão da comunidade, foi articulado, formatado e aprovado pelo poder Legislativo, recebendo, posteriormente, a sanção do Executivo, o que lhe deu configuração de lei, permitindo o envolvimento dos mais diferentes públicos. Diante desse percurso, pode-se dizer que o planejamento para concepção do itinerário enquanto legislação ocorreu a partir da contribuição tanto da comunidade quanto dos poderes públicos constituídos (Legislativo e Executivo), ratificando as três hipóteses relacionadas inicialmente nesta pesquisa.

Ao também promover junto à população o patrimônio cultural e artístico de Aldo Locatelli, situado em Caxias do Sul, novas relações de pertencimento, identidade e reconhecimento podem aflorar.

De acordo com Machado (2004, p. 6), a preservação do patrimônio cultural se associa à cidadania, considerada pela autora a “condição primeira para a transformação social”. Esse tipo de patrimônio, esclarece a pesquisadora, “contribui para o processo de identificação na medida em que permite que conheçamos os quadros de referência do passado percebendo as semelhanças e diferenças na paisagem cultural, constantemente transformada” (MACHADO, 2004, p. 6).

A ação mais eficaz para garantir a difusão e a preservação do patrimônio cultural, conforme a autora, passa pelo conhecimento e pela difusão de sua existência. Em outras palavras, acrescenta: “a educação das futuras gerações é condição necessária para a

apropriação e conservação do patrimônio de uma comunidade ou nação” (MACHADO, 2004, p. 18).

Aqui, paralelamente ao propósito de ressaltar a relevância do planejamento turístico e de conhecer com profundidade o roteiro em questão, torna-se oportuno trazer uma ideia do ato de conservar ligado à preservação patrimonial, que, conforme Machado, abarca o “valor estético, histórico ou social de um bem cultural” (2004, p. 19). Ou seja: o lado humano e sensível que leva uma ou várias obras se perpetuarem no tempo e na lembrança de crianças, jovens, adultos, idosos, enfim, cidadãs e cidadãos que sabem cultivar a vida, a memória, a arte, e usar de forma planejada os espaços turísticos, com vistas a atrair as futuras gerações e visitantes vindos dos mais distintos lugares.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta investigação científica, que poderá ser desdobrada em outros estudos sobre o Itinerário Cultural de Aldo Locatelli, olha para o espaço turístico que esse percurso utiliza e para o planejamento que conduziu à sua criação na perspectiva do progresso e da propagação do turismo em Caxias do Sul e região. Também configura-se como um estudo que observa a educação patrimonial como alavanca para o turismo cultural a partir da preservação e perpetuação da obra de Aldo Locatelli, pintor italiano que chegou a Caxias do Sul/RS para atender a um trabalho na Igreja São Pelegrino e acabou ficando no Brasil, até morrer ainda muito jovem, em 1962, aos 47 anos.

Em território caxiense deixou, pelo menos, oito obras, registradas em diferentes espaços, como na Igreja São Pelegrino, na prefeitura municipal, na Igreja Santo Sepulcro e na Capela das Irmãs Carmelitas. Esses locais integram o referido itinerário, que foi instituído por lei em 2019, através de uma iniciativa que partiu da comunidade em parceria com a Câmara de Vereadores, seguida de sanção do poder Executivo. Em outras palavras: foi planejado conjuntamente por distintos atores que integram o sistema turístico.

Tendo como objetivo preservar o legado desse artista para Caxias do Sul e região, a partir da divulgação de sua obra e do pertencimento turístico e cultural a serem potencializados pelo poder público em conjunto com a comunidade e com a iniciativa privada, esta pesquisa percorreu conceitos da área, como o de turismo, planejamento e

espaço turístico. Norteada metodologicamente por pesquisa bibliográfica, é uma investigação que contou com fundamentação teórica e reflexões de autores especialmente da área do turismo. Também traz o olhar sociológico e a avaliação artística de um dos estudiosos da obra de Locatelli. O doutor em Sociologia Luiz Brambatti constata que Caxias do Sul mantém o passado da colonização italiana em vários aspectos, como na culinária, nas casas de pedra e nas cantinas de vinho. Contudo, observa que os turistas fazem questão de visitar primeiro a Igreja de São Pelegrino e as pinturas de Locatelli.

Que poderoso encanto tem essas obras de arte que tornaram Caxias conhecida nacional e internacionalmente? Que encanto tem a Capela Sistina, no Vaticano? Não fosse um quase toque de dois dedos, humano e divino, e não fosse o autor Michelangelo, não seria tão importante para a cultura e a arte. Não fossem os traços, as expressões, as formas, o estilo, Locatelli não seria tão importante para a arte contemporânea e para o turismo (BRAMBATTI, 2003, p. 5).

Esse poder de atrair admiradores que o acervo de Locatelli possui ajuda na preservação do patrimônio cultural de toda a cidade. Porém, também exige comprometimento dos moradores e do poder público em relação à preservação.

Portanto, entre algumas considerações registradas até o momento, verifica-se que o desenvolvimento turístico demanda planejamento e cuidado com o patrimônio cultural, através de ações permanentes dos poderes públicos, da iniciativa privada, das instituições acadêmicas e sociais, dos moradores e dos visitantes. Quando se trata de um patrimônio artístico correlacionado com o turismo cultural, a adesão da sociedade se torna fundamental e tende a se perpetuar se tiver o fortalecimento por meio de um reduto com capacidade propagadora: o da comunidade em que o roteiro está situado.

É por isso que este estudo se volta à defesa do planejamento turístico e da educação patrimonial, para difundir a relevância da conservação e da preservação do legado que o pintor Aldo Locatelli deixou em Caxias do Sul, com vistas a torná-lo ainda mais conhecido e, a partir de suas obras, atrair mais turistas e desenvolvimento para Caxias do Sul e região.

REFERÊNCIAS

BENI, Mário Carlos. **Análise Estrutural do Turismo**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 1998.

BAHL, Miguel. **Planejamento turístico por meio da elaboração de roteiros.** In: RUSCHMANN, Doris; SOLHA, Karina Toledo. **Planejamento turístico.** Barueri/SP: Manole, 2006.

BOULLÓN, Roberto C. **Planejamento do espaço turístico.** Trad. Josely Vianna Baptista. São Paulo: Edusc, 2002.

BRAMBATTI, Luiz Ernesto. **Roteiros de Turismo e Patrimônio Histórico.** Porto Alegre: EST Edições, 2002.

BRAMBATTI, Luiz Ernesto. **Locatelli em Caxias.** Porto Alegre: Metrópole, 2003.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Segmentação do Turismo: Marcos Conceituais.** Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil: Módulo Operacional 7.** Brasília, 2007.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo Cultural: Orientações Básicas.** Brasília, 2008.

CAXIAS DO SUL. Lei Mun. 8.407, de 15 de jul/2019. Dispõe sobre a criação do Itinerário Cultural de Aldo Locatelli no Município e dá outras providências. Caxias do Sul, RS: 2010.

CÉSAR, Pedro de Alcântara Bittencourt. **Turismo e desenvolvimento sustentável.** Análise dos modelos de planejamento turístico. Caxias do Sul – EDUCS, 2011.

CÉSAR, Pedro de Alcântara Bittencourt; POLONI, Fernanda; UEZ, Pablo César. **Teoria do espaço turístico: referência prática no estudo da territorialidade turística de Caxias do Sul-RS.** VII SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO, 2010, Universidade Anhembi Morumbi – UAM/São Paulo/SP.

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do turismo: política de desenvolvimento do turismo no Brasil.** São Paulo: Atlas, 2003.

GASTAL, Susana. Turismo na pós-modernidade: agregando imaginários. In: GASTAL, Susana; CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos (Orgs). **Turismo da pós-modernidade (des) inquietações.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2010.

HALL, C. Michael. **Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos.** 2 ed. São Paulo: Contexto, 2004.

HALL, C. Michael. **Tourism Planning: policies, processes and relationships.** 2nd ed. England: Pearson Education Ltd., 2008 – [Themes in tourism collection].

IBGE. **Brasil em números**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panor>>. Acesso em: 23 de janeiro de 2018.

HORTA, Maria L. P. GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Q. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: Iphan — Museu Imperial, 1999.

LEMOS, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro Machado. **Educação Patrimonial**: orientações para professores do ensino fundamental e médio. Caxias do Sul: Maneco Liv & Ed., 2004.

MELO, Alessandro de; CARDOZO, Poliana Fabiula. **Patrimônio, turismo cultural e educação patrimonial**. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302015000401059>. Acesso em: 20 jun. 2020.

NADAIS, Catarina. **O Turismo e os Territórios da Espiritualidade**: Os Caminhos de Santiago em Portugal. 2010. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

OLIVEIRA, Christian Dennys Monteiro de. **Turismo Religioso**. São Paulo: Aleph, 2004.

PANOSSO NETTO, Alexandre. **O que é turismo**. São Paulo: Brasiliense, 2010.

PINTO, Erick Carvalho. **Turismo Religioso no Brasil**. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/349207468/Turismo-religioso-no-Brasil>>. Acesso em: 2 de fev. de 2017.

SCHNEIDER, Mônica. **A hospitalidade, sob a ótica do romeiro, na romaria ao Santuário de Nossa Senhora de Caravaggio – Farroupilha/RS e seu corolário no universo conceitual de turismo religioso**. 2013. UCS.

SILVEIRA, Emerson Sena. **Turismo Religioso no Brasil: Uma Perspectiva Local e Global**. Disponível em: <<http://www.periodicos.usp.br/rta/article/viewFile/62606/65394>>. Acesso em: 2 de fev. de 2017.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. **Preservação do patrimônio cultural em cidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.